



Book Review

Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning and Truth,
org. por Gerhard Preyer e Georg Peter

Sofia Miguens
Universidade do Porto

Disputatio Vol. 1, No. 20

May 2006

DOI: 10.2478/disp-2006-0010

ISSN: 0873-626X

(the \$2 million Grand Challenge) or a robot (Pathfinder, Spirit, Opportunity) on Mars planet. The success of Stanley in the 128-mile Mojave race (October 8, 2005) to obtain the prize money from DARPA (more four vehicles completed the course behind the Stanley agent) is resumed in a simple sentence: autonomous vehicles ('Look, Ma, no hands') have arrived for good and for evil.

Philosophy is a field more grounded in the reality around us that we can really imagine. This book of TWP brings back a good argument to assert that engineering needs to be triggered by philosophical ideas, and philosophy can be helped a lot by disciplined experimentation done upon innovative prototypes. IBM Deep Blue was mainly processing power (brute force) against Kasparov mind and brain. It did not think. Stanley thinks. We have moved away from simple rule-based thinking in artificial intelligence. The new paradigm is based upon probabilities. It is based on statistical analysis of patterns. And it is a better mirror of how our minds work.

Hélder Coelho
 hcoelho@di.fc.ul.pt
 Dept. de Informática, Faculdade de
 Ciências da Universidade de Lisboa
 Bloco C6, Piso 3 (06), Campo Grande
 1749-016 Lisboa, Portugal

Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning and Truth, org. por Gerhard Preyer e Georg Peter. Oxford: Clarendon Press, 2005, 402 pp., £17.99.

O número de discussões acerca do contextualismo actualmente em curso na filosofia é surpreendente. Em disciplinas como a epistemologia e a filosofia da linguagem, nomeadamente, muito do mais interessante trabalho recente gira em torno do tópico. No presente volume, ligado ao projecto Protosociology, baseado na Johann Wolfgang Goethe Universität de Frankfurt (<http://www.protosociology.de/>), os coordenadores, Gerhard Preyer e Georg Peter, reúnem um conjunto de textos que exemplifica tais discussões. O volume contém contribuições de participantes centrais nos debates sobre o contextualismo, como, por um lado, Herman Cappelen e Ernest Lepore (cujo livro *Insensitive Semantics* (2005) se tornou uma bandeira do anti-contextualismo, especificado como «minimalismo semântico» e

associado ao «pluralismo dos actos de fala»), e, por outro, François Récanati, um dos principais defensores do contextualismo. Conta ainda com a colaboração de autores cujo trabalho tem vindo a sobressair recentemente, como Jason Stanley e John Hawthorne, bem como de «clássicos» como Timothy Williamson, entre outros.

Porque é que a questão do contextualismo é importante? É importante porque a natureza do significado nos interessa, e a natureza do significado interessa-nos porque queremos saber como a linguagem e o pensamento se relacionam com o mundo, como podemos utilizar a linguagem para comunicar e se podemos relatar aquilo que é dito de forma fiável. Ora, o contexto presumivelmente afecta o conteúdo semântico das elocuições, bem como os relatos dos conteúdos de tais elocuições (pense-se na queixa que constantemente ouvimos: «citaram-me fora do contexto, distorceram o sentido das minhas palavras»). É, assim, importante, quando falamos acerca de alguma coisa com alguém, saber que é acerca da mesma coisa que falamos e para isso é fundamental conhecer as condições da sensibilidade da linguagem ao contexto. Aliás, o interesse daquilo que está em jogo estende-se bem além da filosofia da linguagem e da epistemologia, e mesmo além do estrito campo disciplinar da filosofia, nomeadamente devido às relações entre os fenómenos da sensibilidade ao contexto e o relativismo, cujas implicações éticas, políticas, etc., são notórias (de facto, o contextualismo é uma espécie de relativismo).

Na medida em que os debates em causa nascem na filosofia da linguagem, começo por alguns esclarecimentos relativos a esta. Em filosofia da linguagem a discussão sobre o que é dito toma frequentemente a forma de uma discussão acerca da noção básica de conteúdo semântico. Os dois candidatos mais fortes a portadores primários de conteúdo são as frases e os actos de fala. De acordo com os defensores do «literalismo» (é esta a etiqueta que um contextualista como Récanati usa para pessoas como Cappelen e Lepore), é possível atribuir conteúdo a frases da língua natural independentemente de quem as enuncia e do contexto de enunciação. De acordo com o contextualista, pelo contrário, os actos de fala são os portadores primários do conteúdo semântico: apenas num contexto particular uma frase expressa um conteúdo, sendo que uma mesma frase pode expressar diferentes conteúdos em diferentes contextos.

É preciso notar que o anti-contextualista não nega pura e simplesmente o fenómeno da sensibilidade da linguagem ao contexto: o que o anti-contextualista defende é que a sensibilidade ao contexto é um fenómeno bem delimitado, característico de um número finito de

expressões, essencialmente as listadas por David Kaplan na primeira página do seu texto clássico, «Demonstratives» (1989). A lista de Kaplan comporta os pronomes pessoais «eu», «tu», «ele» nos vários casos e número, os pronomes demonstrativos nos vários casos e número, os advérbios «aqui», «ali», «agora», «hoje», «amanhã», adjectivos como «actual» e «presente», palavras e aspectos de palavras que indicam flexão temporal, termos contextuais, como «inimigo», «nacional», etc. O contextualista, pelo seu lado, nega que a sensibilidade ao contexto seja um fenómeno bem delimitado.

É evidentemente decisivo nestes debates saber o que se entende por «contexto». Num sentido mais imediato, quase pré-teórico, «contexto» significa simplesmente «as coisas no mundo que nos rodeia». No entanto, mal começamos a pensar de forma mais específica na forma como diferentes aspectos da linguagem são sensíveis ao contexto, e começamos a levar em conta, por exemplo, não apenas os indexicais (que, para encontrar o conteúdo semântico da elocução, nos obrigam a considerar a identidade do agente, o tempo e o lugar da enunciação) mas também os demonstrativos, somos levados a alargar e tornar mais complexa a noção de contexto. No caso dos demonstrativos, por exemplo, seremos levados a alargá-la de forma a incluir ostensões, como fazer gestos e apontar. E se nos perguntarmos o que são tais ostensões, embora num primeiro momento possamos simplesmente considerar que as ostensões são modos de apresentação dos objectos da ostensão, cedo verificaremos que a noção está dependente das intenções do falante, e assim teremos de abrir espaço na noção de contexto para suposições mentalmente representadas — quer sejam representações do ambiente imediatamente perceptível, quer sejam representações recuperadas da memória, ou inferidas. Todas essas suposições interagem com a nova informação, que chega através da percepção ou da comunicação, dando origem a efeitos contextuais. Em geral, os contextualistas importantes na filosofia contemporânea, como John Searle, Charles Travis e François Récanati, aceitam uma definição geral de contexto como o pano de fundo de suposições e práticas das quais o significado linguístico depende. A questão não está de forma alguma decidida. O que é certo é que estamos já bem longe da primeira definição «ingénua» de contexto como coisas no mundo que nos rodeia: a inocência de evocar o conteúdo de uma elocução está definitivamente perdida.

Relativamente à epistemologia, o debate sobre o contextualismo transforma-se num debate sobre o conteúdo semântico das atribuições de conhecimento (por exemplo «João sabe que tem mãos») e da forma

como este é ou não sensível ao contexto, variando nomeadamente entre contextos com padrões epistémicos elevados (por exemplo, um tribunal, ou uma aula de epistemologia em que se discute argumentos a favor do cepticismo) e contextos com padrões epistémicos baixos (uma conversa de café). A motivação próxima para o contextualismo em epistemologia (K. DeRose, S. Cohen, etc.) é a resposta ao cepticismo. Convém sublinhar que a questão que se coloca aqui é saber se o *vocabulário epistémico* é sensível ao contexto. Ora, esta é uma tese semântica; daí a convergência dos debates internos à epistemologia com os assuntos tratados em filosofia da linguagem. Uma consequência desta convergência foi tornar notória a relevância das discussões práticas acerca da linguagem natural, nomeadamente aquelas em torno de construções linguísticas sensíveis ao contexto. Muito do material do presente volume lida com tais assuntos.

A obra é composta por uma introdução dos coordenadores, intitulada «The Limits of Contextualism», e por duas partes, dedicadas respectivamente aos debates sobre o contextualismo em epistemologia («Contextualism in Epistemology») e em filosofia da linguagem («Compositionality, Meaning and Context»). Na primeira parte, encontram-se contribuições de Peter Ludlow, Kent Bach, Timothy Williamson, Jonathan Schaffer, Andy Egan, John Hawthorne e Brian Weatherson. Na segunda, encontram-se contribuições de François Récanati, Herman Cappelen e Ernie Lepore, Jason Stanley, Paul Pietrowski, Peter Pagin e Michael Glanzberg.

Passo a descrever os textos da Parte I do volume. Em «Contextualism and the New Linguistic Turn in Epistemology», Peter Ludlow defende que assistimos a uma «nova viragem linguística em epistemologia»: existe um interesse renovado pela ideia segundo a qual podemos obter *insights* epistemológicos através da investigação das práticas linguísticas de atribuição de conhecimento. Trata-se, no entanto, de uma viragem linguística que pretende dedicar mais atenção aos estudos empíricos da linguagem do que acontecia no tempo de Wittgenstein e Austin. Como exemplificação do teor de tal viragem, Peter Ludlow analisa casos práticos linguísticos que podem constituir um teste para o contextualismo, mostrando de que forma diferentes versões do contextualismo conduzem a diferentes previsões acerca da forma como a linguagem se comporta nas construções em que é atribuído conhecimento. Embora Ludlow considere valioso o recurso a análises linguísticas do género das que apresenta, não pretende de forma alguma propor a teoria linguística como uma nova filosofia primeira, mas apenas defender os méritos de uma «análise conceptual

naturalizada». Esta posição de Ludlow compreende-se por contraste com uma «moral mais pessimista», tal como a de John Hawthorne: segundo Hawthorne, uma moral a retirar das discussões do contextualismo em epistemologia é que a filosofia da linguagem não é de forma alguma uma filosofia primeira, nomeadamente porque o funcionamento semântico da nossa linguagem é tão obscuro para nós como as questões metafísicas acerca do próprio mundo.

Em «The Emperor's new 'Knows'», Kent Bach analisa e critica a forma como os epistemólogos contextualistas pretendem resolver paradoxos cépticos. Estes pretendem usualmente fazê-lo não através de refutação de argumentos mas confinando tais paradoxos a contextos em que se concebem situações extremas. Os contextualistas rejeitam por isso uma posição invariabilista acerca de atribuições de conhecimento, isto é, consideram que uma dada frase pela qual é atribuído conhecimento pode exprimir diferentes proposições em diferentes contextos. Bach não aceita esta posição e defende a posição a que chama «invariabilismo moderado», a qual, ao contrário do contextualismo, não tem de apoiar-se em manobras de «asseribilidade justificada». Bach defende ainda que a estratégia contextualista não presta de modo algum justiça aos argumentos cépticos.

Convocando o seu conhecido trabalho sobre a vagueza para analisar a relações entre esta e a sensibilidade ao contexto que interessa aos contextualistas, Timothy Williamson defende, em «Knowledge Context and the Agent's Point of View», que algo está errado com o contextualismo epistemológico, que vê como «relativismo amansado». Williamson procura explorar o que traria uma plena aceitação do relativismo nos casos analisados pelos epistemólogos contextualistas, bem como desenvolver um modelo de acordo com o qual os termos «saber» e «estar justificado» sejam invariáveis relativamente ao contexto, ainda que não sejam precisos.

Embora os epistemólogos contextualistas defendam que o valor semântico das atribuições de conhecimento varia com o contexto, frequentemente não especificam *o que*, exactamente, varia, ou *como* varia. Jonathan Schaffer, em «What Shifts? Thresholds, Standards and Alternatives», analisa o que supostamente varia com o contexto. As alternativas são 1) o limiar de justificação 2) o padrão de posição epistémica (K. DeRose), 3) o conjunto de alternativas epistémicas (D. Lewis). Schaffer avalia as alternativas à luz de quatro *desiderata* (plausibilidade linguística, capacidade para fazer previsões, capacidade para resolver o cepticismo e capacidade para lançar luz sobre a investigação), e conclui que 3 é a alternativa que melhor se sustenta à luz

destes *desiderata*, e que portanto o que varia com o contexto é o conjunto de alternativas epistémicas.

Em «Epistemic Modals in Context», Andy Egan, John Hawthorne e Brian Weatherson analisam o tratamento contextualista dos modais epistémicos proposto por autores como K. DeRose, entre outros, em contraste com uma alternativa relativista. Nas teorias contextualistas, a verdade de uma elocução (tipo) é relativa ao contexto no qual esta ocorre; nas teorias relativistas, a verdade de uma elocução (espécime) é relativa ao contexto no qual esta é avaliada. A discussão tem por base o exemplo «Talvez ela esteja em Praga». A frase é proferida numa situação em que alguém exterior sabe que a frase «Ela está em Praga» é falsa, mas quem afirma «Talvez ela esteja em Praga» não o sabe; a sua afirmação é expressão de uma atitude epistémica (crença). Nos termos dos autores, a afirmação é verdadeira relativamente ao contexto do falante, e é essa a intuição que querem preservar na teoria. A partir do exemplo dado os autores querem defender que o valor de verdade de uma afirmação com um modal epistémico depende do que o agente sabe ou acredita, sendo levados a afastar a ideia de que as elocuições tenham valores de verdade absolutamente. No entanto, «a ideia de que as elocuições têm o seu valor de verdade absolutamente deve ser afastada com cuidado» (p. 162). Os autores pretendem investigar aquilo que pensam ser normalmente deixado por especificar nos tratamentos contextualistas: a forma como as variáveis contextuais tomam valores e a forma como esses valores podem ser gerados. Argumentam que nenhuma teoria contextualista consegue captar as avaliações que os falantes fazem naturalmente de frases contendo modais epistémicos. Em seguida, procuram explicitar o resultado da substituição do contextualismo por uma teoria relativista, saber se a substituição resolve os *puzzles* que consideram e, se assim for (os autores pensam que sim), como se deve encarar a situação do ponto de vista da semântica formal.

Os dois primeiros textos da Parte II do volume, dedicada ao contextualismo em filosofia da linguagem, são os de F. Récanati e H. Cappelen & E. Lepore. O texto de François Récanati, «Literalism and Contextualism: Some Varieties», expõe o panorama histórico da discussão entre contextualistas e anti-contextualistas. Récanati define o anti-contextualismo (a que chama «literalismo») como a «posição dominante na filosofia da linguagem de acordo com a qual podemos legitimamente atribuir conteúdo verocondicional a frases, independentemente do acto de fala praticado com a utilização da frase» (171). A razão fundamental para um contextualista como Récanati se opor a

esta posição é o facto de pensar que os actos de fala são os portadores primários do conteúdo; para Récanati, esta é uma extensão wittgensteiniana do princípio fregeano do contexto e o ponto de partida desejável de qualquer reflexão sobre a linguagem. A conclusão da história do literalismo traçada por Récanati é que o «futuro» do literalismo só pode ser o contextualismo: temos de nos libertar do preconceito literalista e deixar de supor que existe uma coisa que corresponda à «proposição mínima expressa por uma elocução». Récanati identifica ainda as propostas específicas acerca da forma como o contexto contribui para o conteúdo semântico, isto é, versões do contextualismo, defendendo a sua própria.

O texto de Herman Cappelen e Ernie Lepore, «A Tall Tale: In Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism», retoma as teses básicas do muito discutido livro recente dos autores, *Insensitive Semantics*, nomeadamente a defesa do minimalismo semântico (a «semântica insensível» do título) e do pluralismo dos actos de fala. O minimalismo semântico é a ideia segundo a qual 1) há poucas expressões genuinamente sensíveis ao contexto (basicamente, apenas as que constam da lista de Kaplan), 2) toda a sensibilidade semântica ao contexto é despoletada gramaticalmente, 3) além de fixar o valor semântico destas expressões obviamente sensíveis ao contexto, o contexto da elocução não tem qualquer efeito na proposição semanticamente expressa. O pluralismo dos actos de fala é a ideia segundo a qual não há «uma coisa» que é dita numa enunciação: antes indefinidamente muitas coisas são ditas, já que o que é dito depende de vários factores que não exclusivamente a proposição semanticamente expressa. Cappelen e Lepore expõem as suas defesas contra objecções específicas ao minimalismo semântico (nomeadamente que do minimalismo semântico se segue que os adjectivos comparativos são insensíveis ao contexto, e que o minimalismo semântico postula conteúdo sem função explicativa). Utilizam para isso os seus testes de bloqueio (bloqueio de relatos indirectos intercontextuais descitacionais e bloqueio de descrições colectivas). Cappelen e Lepore, por seu lado, acusam críticos como Robyn Carston e François Récanati de defenderem uma noção de conteúdo comunicado que pura e simplesmente falha nos testes de realidade psicológica.

Os textos de Jason Stanley («Semantics in Context»), Paul Pietroski («Meaning Before Truth») e Peter Pagin («Compositionality and Context») relacionam as questões da dependência relativamente ao contexto até aqui discutidas com tópicos fundamentais da filosofia da linguagem, como o significado, a verdade e a composicionalidade. O texto de

Stanley está na linha das teses que ele tem vindo a defender, de acordo com as quais as condições de verdade intuitivas de uma elocução são o resultado de processos semânticos composicionais. Aqui, Stanley defende, contra várias objecções, que as condições de verdade intuitivas de uma enunciação são devidas à interpretação semântica, procurando, entretanto, esclarecer o conceito de condições de verdade intuitivas. Pietroski explora as formas como as línguas naturais são relevantemente diferentes de uma *Begriffsschrift*, para contestar a ideia de que as teorias do significado ou do entendimento poderiam ser teorias da verdade. Encarando o problema de saber como a sensibilidade ao contexto e a composicionalidade se relacionam, Pagin avança com a proposta de uma semântica do contexto que prevê constituintes inarticulados.

Finalmente, Michael Glanzberg, em «Presuppositions, Truth Values and Expressing Propositions», trata da questão geral de saber qual é a relação entre a noção (filosófica) de exprimir uma proposição e a noção (linguística) de pressuposição, de forma a tentar compreender o fenómeno em que se falha em exprimir algo.

Este é um volume oportuno, que apresenta, através de concretizações temáticas variadas e de autores de relevo, o estado da arte dos actuais debates sobre o contextualismo. É, assim, do maior interesse sobretudo para quem se interessa por filosofia da linguagem e epistemologia, as duas disciplinas nas quais esses debates têm tido maior impacto.

Sofia Miguens
smiguens@letras.up.pt
Departamento de Filosofia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, 4150-564 Porto, Portugal